

#### Ciclo de Debates sobre Bioética, Diplomacia e Saúde Pública

# "Desenvolvimento e Desigualdades: cenários e perspectivas para a saúde no mundo"

Samira Santana de Almeida<sup>1</sup>

### **RELATÓRIO**

#### 1. Apresentação

O presente relatório apresenta o quarto encontro do ano de 2013 do "Ciclo de Debates sobre Bioética, Diplomacia e Saúde", promovido pelo Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em Saúde (NETHIS), em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília (UnB), com apoio da Direção Regional de Brasília da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ Brasília) e da OPAS/OMS/Brasil.

Esta reunião do Ciclo tratou do tema "Desenvolvimento e Desigualdades: cenários e perspectivas para a saúde no mundo" e contou com a participação, como expositor: Antônio Ivo de Carvalho, pesquisador e professor da Fundação Oswaldo Cruz (MS) e Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública de Sérgio Arouca; como coordenador da mesa: Dr. José Paranaguá de Santana, assessor do Centro de Relações Internacionais em Saúde e coordenador do NETHIS. A seguir, será apresentada a descrição da palestra, com reflexões que podem ser incorporadas ao NETHIS a partir dos debates do Ciclo. Ao final, a título de considerações finais, o resultado do debate é interpretado na forma de temas que podem ser objeto de trabalho por este Núcleo de Estudos, no sentido de que possam ser problematizados e estudados, contribuindo, assim, para a produção científica do NETHIS.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Bacharel e Licenciada em Filosofia pelo Instituto de Ciências Humanas – UnB. Especialista e Mestranda em Bioética pela Cátedra UNESCO de Bioética - UnB. Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em Saúde – NETHIS.



## 2. <u>Desenvolvimento e Desigualdades: cenários e perspectivas</u> para a saúde no mundo

Palestrante: Antonio Ivo de Carvalho

Coordenador: José N.P. de Santana

Data: Agosto de 2013 Local: Fiocruz Brasília

Esta conferência é uma atividade atrelada ao Curso de Atualização em Políticas Públicas de Cooperação Internacional em Saúde na Perspectiva Bioética, oferecido pelo NETHIS. Esse primeiro encontro está relacionado às desigualdades internacionais com foco da saúde.

Antônio Ivo inicia sua fala dizendo que "dar aula é uma oportunidade de aprender". Sua proposta é traçar um panorama introdutório dos desafios no campo da cooperação internacional, em um mundo contemporâneo de desigualdades que se atenuam, embora existam perspectivas favoráveis.

O CRIS/Fiocruz vem agregando políticas de cooperação internacionais, com desafios de governança e cooperação da Fiocruz. Partindo do princípio de que todos acompanharam a crise econômica no centro do capitalismo internacional em 2007, que levou a uma intervenção no sistema financeiro internacional que agravou as desigualdades pré-existentes: foram compartilhados os prejuízos e privatizados os lucros. Consequências econômicas mundiais: 65 milhões de pessoas sem emprego, com o comprometimento da vida, no sentido ambiental, energético e ético.

As economias emergentes ganharam maior peso na economia mundial. Os números altíssimos de pessoas com fome crônica, sem água potável e sem saneamento básico estão vinculados à questão do consumo, que é díspar entre países e no interior de um mesmo país. Tivemos o surgimento de países que estariam em condição de transição, os ditos "emergentes", que puderam se destacar no campo internacional, surgindo a noção de multilateralidade, no lugar do bilateralismo. Essas transformações se refletiram no âmbito econômico "positivamente", no entanto, na questão social, isso ficou delicado.



A América Latina torna-se a região mais desigual do mundo em termos de distribuição de renda e em determinantes sociais. Temos uma onda de reformas políticas decorrentes dessa crise de "nacionalismos e progressismos". Colocando o Estado como papel fundamental nesse processo: reordenamento para enfrentar o drama social. Há uma promoção da independência internacional, que faz com que haja a emergência da cooperação sul-sul, com o paradigma da cooperação horizontal, refutando a cooperação norte-sul, que é vertical.

Vários desafios surgem nessa nova cooperação. Algumas enfermidades típicas de países de alto consumo são refletidas nos outros países. O paradoxo obesidade/desnutrição e os fatores sociais que aumentam o risco de doenças que antes eram pontuais e agora são globais. É dada pouca atenção às doenças negligenciadas, que afligem os países pobres, pois essa regulação fica à mercê do mercado e das empresas – império das patentes, no lugar dos interesses dos pacientes. Testes e pesquisas que ocorrem com baixo controle social, comprometem a vida das populações. Isso vem melhorado, mas ainda é feito.

Dentro desse contexto, surge a necessidade da solidariedade internacional, por isso, a cooperação internacional é fundamental para o enfrentamento dos riscos e adversidades em saúde. A Cooperação Internacional é um imperativo ético, imprescindível para o desenvolvimento. É recomendável que não tenha aspecto de ajuda, mas solidária e relacionada a um equilíbrio planetário, com a tomada de consciência dos países mais ricos.

A cooperação horizontal é mais sistêmica, como a Cooperação Sul-Sul. Esta, não está relacionada ao paradigma da ajuda externa. Há uma diferença fundamental entre Assistência Técnica e Cooperação Técnica. Antes, o que imperava era o interesse dos países doadores, agora, uma troca que visa o desenvolvimento das potencialidades locais. São buscadas alternativas para o modelo dominante, focando na saúde e na educação como prioridades, que passam a ser valorizados em seus aspectos locais. Antes vistos como "inferiores" e depois vistos como parceiros. Mas isso não é tão simples, pois existe uma fragilidade nas instituições locais em países mais pobres como os da América Lática e África. Há a necessidade de novas estruturas locais, para não reforçar o quadro de desigualdade.



Houveram conferências das Nações Unidas, que não tiveram necessariamente uma prática que decorrente dos tratados feitos. Os objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM) se resumem na associação mundial para o desenvolvimento, que é mais articulada, no sentido de plataformas comuns de desenvolvimento para corrigir as assimetrias internacionais. Tivemos o surgimento de alternativas ao modelo dominante com a governança global para a saúde. No Brasil surge a cooperação estruturante, focando no favorecimento dos países mais pobres, no sentido da ampliação e fortalecimento das suas faculdades intrínsecas.

A Cooperação Sul-Sul surgiu com a emergência dos países de renda média e baixa que passaram a reivindicar espaços internacionais, adquirindo um certo empoderamento por meio da articulação reativa perante à hegemonia internacional (América do Sul e África). O Brasil ocupou uma posição de destaque com a cooperação sul-sul, com o governo Lula, isso ficou bem claro (G20, CPLP, PALOP, UNASUL, BRICS...).

A Cooperação Estruturante em Saúde se funda nas redes das principais instituições. São redes de institutos nacionais de saúde: Fiocruz; rede de escolas de saúde pública; redes dos institutos de câncer e outras. O conjunto dos 12 países da América do Sul, que se reúnem para suprir as deficiências de um, com a colaboração dos outros. Não se trata da relação do Brasil com os outros e sim de uma inter-relação.

## **Debate – Principais Pontos**

Dentre outras, foram levantadas as seguintes questões, por parte dos ouvintes:

- A questão do desenvolvimento. Não seria o modelo de desenvolvimento a questão central desta problemática de desigualdade que vivemos em um mundo globalizado?
- Os modelos de cooperação são modificados na teoria, mas permanecem com um mesmo aspecto na prática. Por quê?
- A presença imperialista do Brasil no contexto da cooperação diante dos outros países mais pobres é delicada. Há que se tomar cuidados com



propósitos imperialistas. Como lidar com o eixo cultural, com o olhar do outro, do diferente?

Os palestrantes respondem que existem paradigmas que são referentes às questões éticas. Há um caminho de progresso e, com as discussões que estão ocorrendo hoje, é possível que haja um crescimento. Não podemos falar de relações internacionais sem falar em saúde e esta não pode ser absolutamente capitalista. Isso tem que ser adaptado e transformado. São necessárias novas condições de cooperação, com o respeito pela diferença e pela história local de cada país ou comunidade.

#### 3. Considerações Finais

Governo e governança: o segundo inclui a sociedade civil e é mais amplo e moderno, além de exigir a participação social, no caso da saúde, que extrapola os limites das instituições de saúde, envolvendo os setores dos determinantes sociais de saúde, que ultrapassam as fronteiras: comercio, propriedade intelectual, ambiente e outros. Esse quadro gera também um alto nível de desarticulação, por não ser pontual, envolvendo uma multiplicidade nas esferas de poder.

Vê-se a procura de uma agenda mais integrada. Com o conceito de cobertura universal da saúde, como serviços e medicamentos. No entanto, trabalhando com a ideia do seguro de saúde, a cobertura universal não garante a saúde integral, pois ela envolve interesses financeiros, que não atenderia e não contempla a noção sistêmica da saúde, que garantiria a integralidade e equidade. São problemas como esses que são consequências da incongruência entre modelos econômicos de dinâmica social e questões sociais e éticas que devem nortear as ações governamentais. O NETHIS tem trabalhado este paradoxo, promovendo a intersecção entre a saúde pública, a diplomacia em saúde e a bioética, pois as soluções técnicas requerem um aparato ético, para que os interesses sociais se sobreponham aos interesses econômicos.